

ZERO e Almargem têm “grandes reservas” sobre o contributo da Estação de Dessalinização de água do Mar do Algarve

2 de Janeiro, 2024

Terminou, a 19 de dezembro, a consulta pública ao Estudo de Impacte Ambiental da **Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve (EDAMA)**, um projeto promovido pela Águas do Algarve e apoiado pelo Programa de Recuperação e Resiliência em 237 milhões de euros, tendo a **ZERO** e a **Almargem** “grandes reservas relativamente ao real contributo do projeto para alcançar aqueles que são os seus grandes objetivos, de garantir a resiliência do abastecimento público à população da região e da garantia da disponibilidade de água para os consumos atuais e futuros”.

Para estas duas associações os documentos em consulta pública não justificam a necessidade do projeto, deixando de fora uma análise das necessidades hídricas para abastecimento público, atuais e futuras, caracterização das atuais origens, usos concorrentes e cenários previsíveis tendo em conta a hierarquia de usos e do contributo do projeto para suprir essas necessidades. Ainda fica de fora uma análise dos impactos que o incremento da oferta de água para o setor urbano terá sobre os restantes usos (nomeadamente pelo regadio assente em monoculturas em larga escala) e dos impactos socioeconómicos resultantes do aumento do preço da água, quer para os consumidores quer para as entidades gestoras dos serviços de abastecimento que operam na região.

O último relatório da Entidade Reguladora dos serviços de Águas e Resíduos (RASARP 2022) indica que, nas 19 entidades gestoras do Algarve, a percentagem de água não faturada ronda, em média, os 30%, com entidades gestoras a superar os 50%. De acordo com o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, as perdas reais nas redes de distribuição superam os 13 milhões de m³ (13 hm³), ou seja, um volume que poderá ser superior ao de água dessalinizada inserido no sistema de abastecimento que será, em média, de 12,5 hm³/ano. Estará, assim, em causa o cumprimento do objetivo de reforçar a resiliência hídrica do sistema de abastecimento do Algarve e de garantir as necessidades hídricas atuais e futuras do abastecimento público caso não exista um esforço efetivo para aumentar a eficiência das redes de abastecimento.

O investimento RE-C09-i01 – Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREHA) inclui um conjunto de medidas complementares, entre as quais a promoção da dessalinização da água do mar, onde se inclui a EDAMA, e também a redução das perdas de água no setor urbano. Para esta última medida, gerida pela Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) ao abrigo do PREHA, o PRR prevê um investimento de 35 milhões de euros (M€), uma verba recentemente reforçada em 8,9 milhões de euros (M€), perfazendo um total de quase 44

milhões de euros “para a reabilitação dos sistemas de abastecimento de água em baixa dirigido à redução de perdas reais de água”. No final da execução do projeto, prevê-se que “sejam reabilitados 125 km de rede de abastecimento de água em baixa, contribuindo para uma redução de 2 hm³ na procura de água nos sistemas naturais”, o equivalente a pouco mais de 15% das atuais perdas reais do sistema, o que aparenta ser “insuficiente para justificar o investimento na dessalinização”.

O Estudo de Impacte Ambiental não apresenta uma análise do impacto que os custos de produção da água dessalinizada terão sobre as tarifas imputadas aos consumidores finais e sobre o equilíbrio económico-financeiro das entidades gestoras dos serviços de abastecimento o que, considerando que a **água dessalinizada poderá apresentar custos dez vezes superiores ao da água produzida de forma tradicional**, poderá agravar fortemente as tarifas a pagar pelos consumidores. Esta análise é ainda mais relevante quando a nova estratégia para o setor (PENSAARP 2030), recentemente aprovada em Conselho de Ministros, veio evidenciar a excessiva dependência de subsidiação de uma parte significativa das entidades gestoras e a necessidade de implementar aumentos tarifários como forma de redução dessa dependência e de garantir o cumprimento do princípio do utilizador-pagador, o que a concretizar-se no Algarve por força de se estar a introduzir no sistema de abastecimento, uma água com um custo de produção substancialmente mais elevado poderá fazer recair sobre os consumidores um esforço demasiado elevado.

Existe ainda a afetação de habitats protegidos, incluindo habitats prioritários. As Diretivas Aves e Habitats pressupõem a proteção de certas espécies e habitats, independentemente de se encontrarem dentro de áreas protegidas, contudo, a análise da conformidade com o princípio DNSH incide somente na afetação de áreas de Rede Natura 2000, sem fazer uma ponderação dos habitats afetados, entre eles três prioritários (6220 Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* e habitats dunares 2130 e 2270.) nem relativamente à afetação da Important Bird Area (IBA) Vilamoura.